

# Uma opção no país da inflação

JOÃO PAULO DOS REIS

O GLOBO

Como mostrou à frente do Governo do Maranhão, e está tornando evidente na Presidência.

Nos idos de 1968, acompanhei Helio Beltrão, então Ministro do Planejamento (e eu seu Secretário Geral, numa visita ao Maranhão. Durante alguns dias, em sucessivas reuniões com o Governador e sua equipe, viramos pelo avesso a Administração do Estado, que estávamos avaliando para definir o auxílio federal cabível. O que emergiu foi o quadro de um Governo dinâmico, financeiramente responsável e de sólida base popular.

Mas, voltando ao argumento inicial, dada a demonstração de bom senso e sabedoria política, pode-se agora indagar o que devem as lideranças empresariais sugerir ao Presidente Sarney como prioridade básica, na área econômica, para o Governo que se inicia. Tão delicada é a situação da economia brasileira que nos lembramos da descrição sombria reservada por Churchill para certos momentos nacionais graves: os terríveis "ifs" acumulam-se.

Com base no pronunciamento preparado pelo Presidente Tancredo Neves para a primeira reunião Ministerial, é possível, talvez, conceber uma estratégia bipolarizada, que considere, de um lado, o problema da inflação e da dívida externa. E, de outro lado, a "divida social contraída por todos os brasileiros para com os que vivem na linha de pobreza, ou abaixo dela". Ou seja, a prioridade em favor dos pobres, referida pelo Presidente Sarney na noite do falecimento de Tancredo Neves.

Dentro dessa estratégia, cabe fazer o que, em homenagem a Jó Soares, poderíamos chamar de "uma opção no País da inflação".

A inflação chegou a tal ponto, no Brasil, que se tornou fácil obter um consenso sobre a necessidade de evitar assuma ela caráter explosivo e se argentinize, ante a ameaça de um déficit fiscal de Cr\$ 50 bilhões.

Nessas condições, a opção econômica deve ser, essencialmente, no sentido de que o Governo, mesmo dentro do gradualismo tradicional no Brasil, adote uma fase inicial de contenção fiscal e monetária, objetivando abortar uma explosão inflacionária. Tal contenção é compatível com certo crescimento do PIB, mas moderado. O alívio poderia vir na segunda parte, após a garantia de que resultados mínimos serão obtidos.

O Governo começou bem, na área da inflação, com a taxa de 7,2% de abril. Mas a verdade é que nenhum resultado será duradouro, se não se basear numa grande austeridade fiscal e monetária.

Deve ficar claro que a opção não é entre fazer austeridade ou não fazer. A opção é entre fazer austeridade logo de início, para garantir resultados, e depois aliviar; ou ter de fazer austeridade mais tarde, quando as coisas se complicarem, com resultados certamente desfavoráveis.

Essa é a lição de um Governo socialista, o da Espanha, que soube fazer o seu Pacto Social e evitar as armadilhas populistas, em que

caíram os governos Mitterrand e Alphonsin.

Feita a opção em favor do ataque imediato à inflação, onde é que fica a segunda perna da estratégia, voltada para as classes de renda baixa?

05 MAI 1985

O Brasil construiu o seu modelo industrial e urbano principalmente nos anos 50, com a substituição maciça de importações então realizada. Foi uma estratégia válida, a despeito das distorções ocorridas. Mas aquele modelo faltavam algumas peças. Ele tinha "pecados".

O primeiro desses "pecados" era a falta de uma linha de ação voltada para as exportações, principalmente de manufaturados. Essa deficiência foi corrigida após 64, e hoje o Brasil está com mais de 60% das suas exportações na área de industrializados.

O segundo "pecado" era a excessiva dependência em relação a importações de petróleo e matérias-primas industriais, que trouxeram brutal desequilíbrio estrutural, após a crise do petróleo. Os grandes programas do Governo Geisel, continuados no Governo passado, de substituição de importações de Insumos Básicos e Bens de Capital, juntamente com o aumento da produção interna de petróleo, viajizada pela descoberta da província de Campos, permitiram corrigir esses desequilíbrios. De tal modo que, com uma política cambial de desvalorizações reais, foi possível apresentar um superávit comercial de US\$ 13 bilhões no ano passado e ter a perspectiva de outro grande superávit, um pouco menor, em 1985.

Ainda um "pecado" do modelo era a ausência de uma linha de atuação voltada diretamente para as populações de renda baixa. O Governo Geisel chegou apenas a esboçar algo nesse sentido, por exemplo, com o programa de atendimento aos agricultores de baixa renda do Nordeste e com o 14º salário.

Conseqüentemente, muito resta a fazer, para reduzir a gravidade do problema da pobreza absoluta, e, por isso, tem sentido o chamado Programa de Emergência.

Mas uma condicionante deve ser colocada, para torná-lo compatível com a opção econômica sugerida, de esforço imediato na área da inflação: que o Programa seja executado com recursos do FINSOCIAL e outras dotações existentes. Vale a prioridade em favor dos pobres e em favor do Nordeste (no Brasil, não raro, as duas coisas estão juntas). Mas, para atendê-la, deve-se conter despesas em outras áreas, e utilizar recursos existentes, sem aumentar o déficit governamental. Pois este, ao contrário, deve ser drasticamente reduzido: é nele que a coisa começa. E sem essa contenção do déficit a política monetária, e os demais instrumentos de controle da inflação, além de exacerbarem as taxas de juros, não poderão apresentar os resultados desejados.

JOÃO PAULO DOS REIS VELOSO é Presidente do Conselho de Administração da Companhia Invesplan de Participações e ex-Ministro do Planejamento